Suzanli Estef
Annie Gomes Redig

DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO – PAA:

Primeiros passos

Ano 2024

Suzanli Estef
Annie Gomes Redig

DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO – PAA:

Primeiros passos

Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação - PAA: primeiros passos

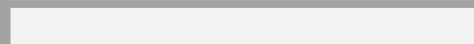
Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: As autoras
Autoras: Suzanli Estef
Annie Gomes Redig

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E79 Estef, Suzanli
Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação - PAA: primeiros passos / Suzanli Estef, Annie Gomes Redig. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2562-5
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.625240805

1. Avaliação educacional. I. Estef, Suzanli. II. Redig, Annie Gomes. III. Título.

CDD 371.26

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

Dedico esse documentos norteador aos professores que diariamente desbravam os campos das escolas em prol da inclusão. Às pessoas com deficiência, TEA e Altas Habilidades e suas famílias que não desistem da luta por seus direitos educacionais e sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a agência de fomento FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo E-26/201.321/2021 e por contribuir para a pesquisa nas universidades públicas, possibilitando a difusão científica.

Agradecemos a Deus e nossa família por estarem em todo tempo ao nosso lado, colaborando para que nos tornemos pessoas cada vez melhor.

Agradecemos a nossa eterna orientadora Rosana Glat por nos conduzir ao campo da pesquisa com tanto esmero, suavidade e sabedoria.

Agradecemos a amizade e parceria de Cristina Mascaro e Flávia Dutra, por compartilhar esse projeto, as pesquisas e o campo de trabalho. Certamente a vida profissional é muito melhor com vocês.

Agradecemos a Carolina Nunes, Cleisson Rocha e todos os integrantes do Curso de extensão na modalidade aperfeiçoamento intitulado “Acessibilidade para avaliação do desempenho escolar na perspectiva da educação inclusiva” que possibilitaram que um projeto inicial tornar-se a realidade aqui apresentada.

Agradecemos as pessoas com deficiência, meus alunos e orientandos que nos motivam a estudar e compartilhar aprendizados em prol de uma educação para todos.

PREFÁCIO

Me sinto honrada por ter recebido o convite para o prefácio de um livro dedicado a um dos pilares mais importantes da educação contemporânea: avaliação no contexto da inclusão escolar. Temos buscado cada vez mais equidade e valorização da diversidade em nossas escolas, pois a Educação Inclusiva requer o compromisso de uma escola que possibilite acesso, participação e sucesso de todos os estudantes, independente de suas características pessoais.

Diante do exposto, a avaliação desempenha um papel fundamental, pois ela não mede apenas o progresso dos estudantes, ela aponta caminhos para uma prática pedagógica que promova a inclusão. Este livro incidirá em uma fonte valiosa para que professores possam compreender e aprimorar suas práticas avaliativas no contexto inclusivo.

Ao longo das páginas, a professora Suzanli Estef compartilha o fruto de anos de estudos que coadunam teorias e práticas na busca por um caminho no qual a avaliação não seja um entrave no percurso escolar dos estudantes que apresentes necessidade educacionais específicas. A autora apresenta caminhos para o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva e para que a educação seja um direito usufruído por todas as pessoas, na qual os estudantes possam se sentir valorizados e tenham oportunidades de demonstrar seu potencial.

Convido vocês a percorrerem as páginas dessa obra e conhecer todo conhecimento sobre o tema que a autora apresenta sobre equidade nas práticas avaliativas no contexto da Educação Inclusiva.

Cristina Mascaro

Dra. em Educação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ

Professora Adjunta da Faculdade de Educação

Departamento de Educação Inclusiva e Cotinuada

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação – PROPED/ UERJ

Professora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/ UEM

Coordenadora dos cursos de formação de professores CEDERJ/UERJ - AAPEI -Acessibilidade na Avaliação na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A ação educativa não é algo pronto e definitivo; pelo contrário, suscita muitos questionamentos, discussões, planos e realizações. O processo ensino aprendizagem e consequentemente a avaliação desse processo exige um contínuo repensar e um constante recriar.

Regina Cazaux Haydt

Primeiro sonhamos, logo após vem o planejamento e em seguida o tornar real aquilo que a priori estava no campo das ideias...... É com imensa gratidão e alegria que, após um longo percurso de estudos e pesquisas sobre a temática da Avaliação, sendo essa desafiadora e necessária no âmbito da educação escolar, compartilhamos com vocês o primeiro "Documento norteador para implementação do **PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação**", com auxílio de fomento FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo E-26/201.321/2021.

Esse documento norteador faz parte da coletânea dos quatro Ps da inclusão: Planejamento Educacional Individualizado (PEI), Planejamento Acessibilidade na Avaliação (PAA), Plano Individualizado de Transição (PIT) e Plano de Acessibilidade Básica (PAB). Todos com assuntos imbricados e com a finalidade central de favorecer a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e Altas habilidades.

Sobre o PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação, o início foi a partir de trajetórias profissionais e formativas que suscitaram inquietações sobre o sistema de ensino comum. Observamos, na prática, que um dos grandes entraves para adoção da proposta educacional na perspectiva inclusiva estava, justamente, nos processos de avaliação.

Pesquisas ampliaram nossa visão sobre processos de inclusão e avaliação escolar, quando consideramos que o tema seria uma instigante questão de investigação e demos andamento por investigar a concepção dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio sobre o processo de avaliação do desempenho escolar de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA e Altas Habilidades (ESTEF, 2016).

Uma das reflexões desse estudo (ESTEF, 2016) foi que investigar a avaliação do desempenho escolar nos leva, inegavelmente, à discussão de todo o processo de escolarização, incluindo: currículo, projeto pedagógico da escola, formação dos professores e políticas educacionais como um todo.

Em suma, a avaliação abrange e perpassa todo o sistema educacional, não se pode desvincular as atividades de avaliação das demais ações educativas vividas no cotidiano escolar. A avaliação não pode ser uma prática isolada e

segmentada; ela compõe a trama escolar e assim devemos pensá-la como uma prática que produza estratégias de intervenção pedagógica para alunos com deficiência, TEA e Altas Habilidades considerando aqui as acessibilidades necessárias, para contemplar a singularidade do sujeito.

Partindo desta premissa, outro foco de pesquisa (ESTEF, 2021) voltado para a análise dos processos de avaliação do desempenho escolar desses alunos, no contexto da Educação Básica, trouxe como um dos resultados, que a instituição educacional é responsável pela socialização do conhecimento acadêmico e que pensar sobre educação escolar é refletir sobre multifaces que se misturam, ou seja os estudantes, com características próprias e subjetivas. Cada indivíduo tem seu padrão de desenvolvimento; nem todo o aluno aprende do mesmo modo, no mesmo tempo, no mesmo ritmo.

Por ser a educação escolar produtora da aprendizagem acadêmica, as práticas pedagógicas devem envolver atividades que favoreçam o processo de ensino e aprendizado, considerando as peculiaridades e atendendo à pluralidade do alunado. Entretanto, nesse contexto encontramos caraterísticas próprias da escola, essas definidas pelo currículo escolar; entrelaçando-se com a diversidade humana e a aprendizagem, implicando cotidianamente nas práticas curriculares.

Nesse sentido, “nasce” o PAA – Planejamento de Acessibilidade na avaliação.

Os paradigmas educacionais em prol da inclusão escolar demandam novos modelos de avaliação. Assim, cabe à escola adotar uma postura transformadora buscando novas concepções sobre ação pedagógica, metodologias e organização didática, aspectos, diretamente, interligados aos processos avaliativos. Esta postura, inevitavelmente, traz novos fazeres as práticas pedagógicas escolares, sobretudo no que tange à avaliação, trazendo uma série de questionamentos que hoje fazem parte do cotidiano escolar.

Como avaliar esses estudantes com deficiência, TEA e Altas Habilidades, de forma diferenciada dos procedimentos padrões? Como é possível avaliar o desempenho do estudante que recebe uma proposta educacional diferenciada, que não atende à demanda curricular da série ou ano escolar no qual ele está matriculado? Como pensar em possibilidades de avaliação que contemple todos os estudantes. Enfim, como garantir o desenvolvimento acadêmico de um estudante que apresenta uma diferença significativa em seu aprendizado e os padrões de avaliação estabelecidos nos sistemas escolares não atendem a sua demanda escolar?

Nesse escopo, com base em concepções docentes sobre os processos de avaliação dos estudantes com deficiência, TEA e Altas Habilidades com dados apontados na dissertação de Estef (2016) e na tese Estef (2021) e Hoffmann

(1994); Luckesi (1996); Libâneo (2002) que abordam sobre o tema da Avaliação, justificou-se o desenvolvimento de novas práticas avaliativas e a elaboração do PAA – Planejamento Acessibilidade na Avaliação.

Em 2023, por meio de um Curso de Extensão/UERJ, teórico/prático, de 180hrs, oferecido aos professores do município de Nova Iguaçu, foi validado o PAA- Planejamento de Acessibilidade na Avaliação como uma estratégia pedagógica profícua para a organização didática, o planejamento dos conteúdos, e a elaboração dos instrumentos avaliativos, considerando as características peculiares de cada estudante e proporcionando condições de expressar seus aprendizados.

Portanto, é sobre a necessidade de instrumentalizar o corpo docente para assumir uma postura dinâmica de acompanhamento do registro avaliativo, que conduziremos esse documento norteador para elaboração e implementação do PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação. Considerando, direcionar o corpo docente no sentido de distinguir as possibilidades dos estudantes, reconhecer suas condições de aprendizagem e identificar as áreas em desenvolvimento, tendo a cautela de atender o currículo escolar sem diferenciar ao ponto de deixar estudantes com deficiência, TEA e Altas Habilidades a margem do sistema educacional e estabelecer práticas pedagógicas e avaliativas que contemplem a todos os alunos.

Boa leitura e boas práticas avaliativas!

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2024.

Suzanli Estef
Doutora em Educação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Professora Adjunta da Faculdade de Educação
Departamento de Educação Inclusiva e Continuada
Coordenadora de disciplina
Curso de especialização Educação Especial e Inovação Tecnológica
UFRRJ/CEDERJ

SUMÁRIO

PONTO DE PARTIDA

A Educação Inclusiva, foi implementada, em nosso país, como umas das políticas educacionais prioritárias. Entretanto, não se pode discutir sobre práticas inclusivas exercidas no contexto escolar, sem levar em consideração questões relacionadas ao desenvolvimento humano e aprendizagem, as quais precisam estar em consonância com uma proposta pedagógica que atenda a diversidade dos estudantes que frequentam nossas escolas.

Sobre as propostas pedagógicas, que abrangem os processos de ensino e de avaliação, as escolas esbarram-se com o currículo escolar como parâmetro de ações docentes. Porém é importante ressaltarmos que currículo é um conceito polissêmico trazendo diversas interpretações, algumas antagônicas, outras complementares.

De um modo geral, pensar sobre currículo associa-se a dois pontos: 1º) as distintas concepções que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente (PACHECO, 2017) e 2º) as influências teóricas (SILVA, 2009), que se fazem hegemônicas em um dado momento. Sem a intenção de dissertar sobre teorias ou destacar determinadas concepções como certas ou erradas, podemos afirmar que as discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, questões relacionadas aos conhecimentos escolares, procedimentos pedagógicos, valores que são desejados inculcar e sobre as identidades que se pretende construir.

Conforme aponta Silva (2009), discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente os debates sobre as questões curriculares.

Indiscutivelmente, qualquer que seja a vertente conceitual, o currículo materializa-se no cotidiano escolar através de conteúdos pré-estabelecidos e determinados, nas experiências de aprendizagens escolares vividas pelos professores e alunos, nos planejamentos pedagógicos elaborados pela equipe docente, nos objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino, e no processo de avaliação. Conforme ilustra a imagem abaixo:

Figura 1: Conceito de Currículo

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, a concepção de currículo que adotamos neste documento norteador, se aproxima ao entendimento de Sacristán (2000):

> Compreendemos o currículo como uma junção, um entrelaçamento da teoria e da prática, portanto práxis. Refere-se a um projeto, um plano, uma proposta que define os objetivos a serem alcançados, conteúdo a serem ensinados e aprendidos, metodologia a ser empregada. (p. 97)

Em outras palavras, currículo se manifesta através da prática pedagógica predominante em cada sala de aula. Porém, deve-se ter em consideração que o currículo não é neutro, pois sua constituição envolve não somente comportamentos didáticos, mas também, políticos, administrativos, e até econômicos.

O currículo, está sempre imerso numa realidade histórico-social e cultural, permeado ideologicamente por uma visão de mundo, onde envolvem crenças e valores que reproduzem o que é ditado, hegemonicamente, pela sociedade. É importante, também, refletir sobre o chamado "currículo oculto", que não está explicitado nos planos e nas propostas, e por isso não sendo sempre percebido pela comunidade escolar, mas que envolve atitudes e valores transmitidos subliminarmente pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar (MOREIRA, 2002).

Julgamos importante ressaltar que qualquer que seja a concepção de currículo que a escola adote ele assume um papel fundamental no processo educativo. De acordo com Moreira (2006), a escola é o espaço de concretização do currículo, e nesta perspectiva, ele é o instrumento central que direciona a qualidade de ensino, e todas as ações pedagógicas.

Considerando que o currículo escolar é traduzido por conteúdos selecionados e organizados com base na divisão de séries, se não forem levadas em conta as peculiaridades individuais de desenvolvimento, poderá levar à exclusão e ao fracasso escolar de vários estudantes. Assim, para uma educação de qualidade, que alcance todos os alunos, o currículo precisa ser construído na perspectiva de fomentar uma cultura escolar inclusiva.

Tal movimento requer novas posturas da comunidade escolar, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias, práticas de ensino e avaliação, que valorizem o acolhimento incondicional de todos os alunos, independentemente de suas características biológicas ou sociais.

Sobre esse direcionamento, vamos conversar sobre avaliação da aprendizagem?

VAMOS CONVERSAR SOBRE AVALIAÇÃO

> A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.
>
> (SANTOS; VARELA, 2007, p. 151)

Discutir sobre avaliação nos remete às várias vertentes ou proposições conceituais de um movimento em que os participantes defendem pontos de vista diferentes. Nesse caso, tais participantes estão comprometidos com o contexto em que está inserido para realizar a avaliação educacional, conforme explicita a imagem abaixo:

Figura 2 – Processos de avaliação educacional

AVALIAÇÃO ESCOLAR
Institucional
Interna
Externa
Realizada na escola, pela escola
Os Sistemas de ensino avaliam as suas escolas
Aprendizagem
Foco principal desse documento norteador e conversaremos com mais detalhes.
Larga Escala
Realizada pelo MEC e pelo INEP
Avaliação dos sistemas de ensino: Educação Básica; Ensino Superior
Avaliação dos estudantes: Ensino Médio; Ensino Superior
Avaliações: SAEB e SINAES
Avaliações: ENEM e ENADE

Fonte: Elaborado pela autora

A figura 2, busca demostrar os processos de avaliação ligados aos sistemas de ensino. Porém, embora, o PAA - Planejamento de Acessibilidade na Avaliação, esteja interligado a qualquer processo avaliativo, seja no campo educacional ou social. Em qualquer modalidade de ensino e quaisquer segmentos, perpassando da Educação Infantil ao Ensino Superior e/ou Inserção no Mercado de Trabalho, nesse documento conversaremos sobre a Avaliação da aprendizagem, no contexto educacional.

BUSCANDO DIREÇÕES: O QUE SE ENTENDE POR AVALIAÇÃO.

O ato de avaliar significa, determinar o valor ou a importância de algo ou, ainda, reconhecer a grandeza ou qualidade de uma atividade ou situação. Avaliação se faz presente em todos os domínios de nosso cotidiano, “seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia a dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões” (DALBEN, 2005, p.66).

Neste sentido, conforme já explicitado, compreendemos que o termo avaliação envolve concepções amplas e diversas, existentes em todas as relações daquilo que se faz ou que acontece todos os dias. Devido à complexidade de conceituar avaliação educacional, em suas diversas vertentes teóricas, como prática formalmente organizada, apresentaremos algumas considerações de autores que abordam essa temática e de alguns documentos legais que direcionam as práticas avaliativas.

Quadro 1 - Conceitos teóricos sobre avaliação escolar

BASE DE PESQUISA	*CONCEITOS DE AVALIAÇÃO*	*CITAÇÃO*
PERRENOUD (1999)	Avaliação formativa, que participa da regulação da aprendizagem com vista a intervir nos processos de aprendizagem em curso.	[...] A avaliação formativa está, portanto, centrada essencial, direta e imediatamente sobre a gestão das aprendizagens dos alunos (pelo professor e pelos interessados).
CALDEIRA (2000)	Avaliação como reprodutora do modelo de sociedade.	A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p. 122)
ESTEBAN (2000)	Avaliação investigativa	[...] prática de investigação, se configura como prática fronteiriça que permite o trânsito entre lugares já percorridos e novos lugares, alguns que já se podem vislumbrar e outros ainda não explorados, não pensados e alguns que sequer foram nomeados ou demarcados. (p.15)
LUCKESI (2005)	Avaliação diagnostica e reorientadora de práticas.	Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. (p.83)
DALBEN (2004)	Avaliação como ação docente cercada de juízos de valores, subjetividade e reflexão cerca de suas ações pedagógicas.	[...] ato de avaliar depende da percepção que cada um tem de si, de sua prática pedagógica e de sua própria relação com a escola. Exige reflexão sobre o papel da escola na sociedade atual, sobre a natureza e o âmbito do conhecimento escolar, reflexão sobre seu próprio papel diante do conteúdo que é veiculado e como mediador na relação do aluno com esse conhecimento. Exige o conhecimento do aluno e da sociedade, conhecimento do hoje, do ontem e ainda uma capacidade de prever um futuro próximo, já que formamos um jovem para o amanhã. (p.183)

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 - Conceitos de avaliação escolar: documentos educacionais legais

BASE DE PESQUISA	*CONCEITOS DE AVALIAÇÃO*	*CITAÇÃO*
Lei de Diretrizes e Base - LDB/1996	Avaliação como instrumento de verificação do aprendizado do aluno.	Verificação do rendimento escolar [...]. Art 24, inciso V
Parâmetros Curriculares Nacional - PCNs/1997	Avaliação como processo contínuo, sistematizado, qualitativo e direcionador das práticas pedagógicas.	[...]conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. (p.55)
Diretrizes Curriculares Nacionais/2013	Avaliação como processo contínuo, diagnostico e redimensionadora das práticas pedagógicas.	A avaliação do aluno, a ser realizada pelo professor e pela escola, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica. (p.123)

Fonte: Elaborado pela autora

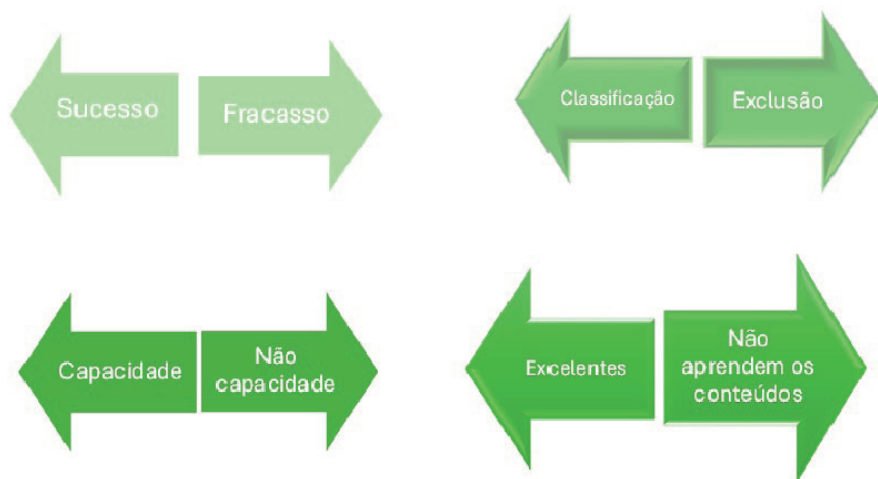
Conforme apresentado, avaliar no contexto escolar abrange diferentes significados, tais como medir conhecimento, classificar, promover ou reter o aluno. Avaliação é entendida, também, como parâmetro das práticas pedagógicas, proporcionando reflexão ao professor sobre a metodologia adotada no processo de ensino e aprendizagem, levando-o, se for o caso a rever seus procedimentos de ensino e ações no cotidiano da sala de aula. Todos esses conceitos são construídos e apropriados por cada educador, a partir das suas concepções sobre educação, opções metodológicas e juízos de valor aplicados em suas práticas pedagógicas.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS DE ENSINO COMUM: QUAL A FINALIDADE?

A avaliação da aprendizagem é fator presente no cotidiano escolar, com destaque ao final de cada período preestabelecido no calendário escolar. Inclusive, existe um momento específico, o chamado Conselho de Classe, que reúne o corpo docente a fim de discutir o desempenho escolar dos estudantes, tamanha a sua importância no ambiente educacional. Pode-se dizer que a avaliação tem predomínio sobre as ações que contextualizam os sistemas de ensino.

Mas, para que vale a avaliação da aprendizagem nos sistemas-escolares? Qual o seu objetivo? Que caminho está sendo seguido para alcançar os objetivos traçados? Quais são as bases que sustentam a avaliação que irá percorrer todo o processo de ensino e aprendizado?

Tais questionamentos apontam a importância de analisar as práticas pedagógicas e os instrumentos que auxiliam o processo de avaliação, principalmente quando entendemos que a avaliação é o “carro chefe” da dinâmica escolar; conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 3 - Dicotomia da avaliação da aprendizagem nos sistemas escolares

Fonte: Elaborado pela autora

Vasconcelos (2014, p.26) considera o resultado que é dado na avaliação como classificatório e excludente, destacando três "problemas básicos":

- "Desvio dos objetivos": O foco sai da aprendizagem, do desenvolvimento humano e é concentrado na nota e/ou no conceito; na aprovação e na reprovação.
- "Distorção da prática pedagógica": Faz uso abusivo de uma metodologia passiva/expositiva, pois precisa dar conta de todo o conteúdo programático preestabelecido. Esse tipo de ferramenta suscita problema comportamentais e o professor termina usando a avaliação como "arma de controle de comportamento"
- "Questão ética": Coisificação[1] do estudante que fracassa o qual é descartado, pois o enxerga como fora do padrão.

Esse autor afirma que no cotidiano escolar esses problemas envolvidos no processo de avaliação são fatos que perpassam as escolas públicas e privadas, gerando danos, muitas vezes irreversíveis, na história de vida dos estudantes. Vasconcelos, articula, ainda, a lógica da avaliação classificatória com as consequências para os estudantes, conforme ilustrado no quadro a seguir:

1 Tratamento dado ao sujeito como objeto, desconsiderando sua humanidade.

Quadro 3 - Avaliação classificatória e consequências para os estudantes

POSSIBILIDADES	CONSEQUÊNCIAS PARA O ALUNO
APROVADO	• Por merecimento: conseguiu tirar notas, fazer o mínimo necessário para passar de ano, o que significa adequação ao sistema formal e alienado (descobre que a escola tem um "esquema" e aprende a nele sobreviver - Vasconcelos, 2009d, p.102). • Empurrado: enganado, pois não se apropriou do saber e mesmo assim o sistema o aprovou. • Aprendeu: 1º) É uma minoria, 2º) Poderia aprender mais em outro esquema (onde não teria que desviar sua atenção para a classificação)
REPROVADO	• É colocado nas mesmas condições que produziram o fracasso, sendo levado a novas reprovações (ver o grande número de aluno multirepetentes). • Evade-se por achar que "não dá para os estudos". • Dá-se bem na repetência: 1º) É uma minoria. 2º) Tente a se enquadrar no esquema formal (descobre, tardiamente, o "esquema"). 3º) Poderia se dar bem melhor por outro caminho (se houvesse compromisso com a aprendizagem efetiva na continuidade do estudo sem precisar repetir).

Fonte: Vasconcelos (2014, p. 29)

Assim, apesar da avaliação aparentar ser uma prática neutra, uma atividade pedagógica rotineira, sua influência vai muito além, tendo percussões em várias esferas de existência e provocando interferências nas instituições de ensino. No entanto, não se deve centralizar o fracasso escolar somente como resultado da prática da avaliação. É necessário considerar que o sistema escolar está ligado a padrões organizacionais preestabelecidos, que interferem no desempenho dos estudantes, tais como:

- as diferentes formas de organização temporal e espacial existentes na escola;
- a separação da escola em séries ou ciclos;
- a aplicação de instrumentos como testes e provas com a finalidade de avaliar o processo de ensino e aprendizado vivenciado pelo estudante e pelo professor.

Toda a rotina do sistema escolar é afetada diretamente por tais organizações, que perpassam seu o cotidiano e contribuem, de maneira positiva ou negativa, para o resultado escolar de cada estudante.

Após compreendermos o significado da avaliação no contexto escolar, vamos conhecer os conceitos que perpassam os docentes e autores, sobre essa temática.

CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AVALIAÇÃO

Sucessivos modelos de ensino estabeleceram diversos conceitos sobre a avaliação educacional, refletindo diretamente no "chão da escola", através das concepções sobre avaliação da aprendizagem e as práticas pedagógicas adotadas. Na figura abaixo estão organizadas quantro vertentes, sintetizando as concepções de professores sobre avaliação do desempenho escolar de alunos na Educação Básica, com dados colhidos nos estudos anteriores, já citado (ESTEF, 2016; 2021). Concomitante com conceitos de pesquisadores como Libâneo (2002) e de Santos e Varela (2007).

Figura 4 - Concepções docentes sobre avaliação da aprendizagem na Escola Básica

Fonte: Elaborado pela autora

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA CLASSIFICATÓRIA: PARA MEDIR CONHECIMENTO

Segundo Libâneo (2002), a avaliação classificatória tem como função ranquear os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo os níveis de aproveitamento apresentados, de acordo resultado de testes e outros instrumentos. O objetivo básico da avaliação classificatória é determinar se o aluno será aprovado ou reprovado. Ou seja, está vinculada à noção de medir, determinar a quantidade, a extensão ou o grau de conhecimento dos estudantes. A aferição, por definição, se refere aos aspectos quantitativos, ou seja, à nota obtida.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA PROCESSUAL

Como mencionado, em um sentido geral, avaliação é indispensável a atividade humana. Quando avaliamos emitimos um juízo de valor, uma interpretação sobre a importância ou qualidade de ideias, trabalhos, situações, métodos; enfim, traçamos um olhar sobre o que está sendo avaliado. Sendo entendida como processo contínuo, a avaliação pode favorecer a escolarização dos alunos e a construção dos conhecimentos. Entendendo a avaliação como um processo longitudinal.

Um ponto de partida e indagação sobre o progresso acadêmico que o aluno apresenta (ou não) e que desenvolvimento o professor deve favorecer dali para frente (ESTEF, 2016), compreendemos que a avaliação deve ocorrer consecutivamente e não em momentos estanques, em situações isoladas, como a realização de provas e testes. Pois, na perspectiva processual avaliar não se limita em aferir o conhecimento através de notas e sim é considerada como elemento do processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido, a questão essencial não consiste em determinar se o aluno deve receber esta ou aquela nota, considerado o fator determinante do grau de aprendizado do estudante, e sim, ponderar que as atividades avaliativas são elementos auxiliares na prática pedagógica, indicando ao docente como melhor direcionar o ensino.

Em outras palavras, esta concepção não está focada no produto final, a nota ou conceito, e sim no desenvolvimento processual do aluno. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997, p.55), o processo de avaliação deve acontecer de maneira "[...] contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno".

Portanto, a avaliação como processo caracteriza-se pelo olhar contínuo na intenção de aprimoramento dos estudantes, visando o seu desenvolvimento global. Logo, não pode ser só uma medida quantitativa de aspectos isolados.

AVALIAÇÃO COMO ORIENTAÇÃO PARA FORMAÇÃO DOCENTE

A ideia de que a avaliação pode ser um parâmetro para novas ações docentes, surge a partir do entendimento que ela serve como uma ferramenta para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizado. Portanto, é a partir do desempenho do aluno que o professor redireciona sua prática.

Adotar o conceito do processo de avaliação como um elemento que contribui para a formação docente, demanda da parte do professor uma reflexão sobre as suas práticas pedagógicas. Ou seja, discernimento de perceber dificuldades e avanços, com a finalidade de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer, reajustando seus planos de ação para superar os obstáculos que impedem a aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, a avaliação deve ter o objetivo de construir novas estratégias de ensino, de ser um instrumento de reflexão, de problematização constante das metodologias

e das intervenções. Ou seja, os resultados encontrados a partir das respostas dos alunos servem como feedback para ações docentes.

AVALIAÇÃO ACESSÍVEL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TEA, ALTAS HABILIDADES

Com a política de Educação Inclusiva, a escola tem sido requisitada a elaborar diferentes estratégias de ensino e de avaliação para atender as demandas e responder à diversidade do alunado. Entretanto, embora os documentos oficiais tenham indicativos de avaliação num contexto de escolarização inclusivo (BRASIL, 2008), diversos estudos mostram que, na prática, a avaliação de estudantes com deficiência, TEA e Altas Habilidades ainda é um dos aspectos mais contraditórios do cenário educacional (CAPELLINI; MENDES, 2002; JESUS, 2004; ESTEF, 2016, 2021, entre outros).

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, elaboradas no ano de 2001, define avaliação do desempenho escolar como um

> [...] processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, para identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e as condições da escola para responder a essas necessidades (BRASIL, 2001, p. 34).

Conforme lembram Pletsch e Braun (2008, p.1) "[...] uma proposta de educação que se pretenda inclusiva envolve não apenas o acesso e a permanência na classe comum do ensino regular, mas também o desenvolvimento social e escolar do aluno com deficiência." Para tal, é preciso que os envolvidos no processo de ensino desses alunos conheçam suas características de aprendizagem, traçando objetivos para que estimulem seu desenvolvimento e práticas acessíveis que facilitem sua escolarização. A avaliação da aprendizagem é um importante meio de identificação das necessidades educacionais e tomada de decisões pedagógicas.

Conforme já discutido, o modelo de avaliação da aprendizagem está incorporado às práticas pedagógicas e à escolha de determinadas metodologias, recursos e materiais pedagógicos, os quais podem favorecer ou desfavorecer o processo de inclusão. Para a operacionalização da Educação Inclusiva, a escola precisa adotar uma postura transformadora, ressignificando suas concepções em relação ao currículo, ao projeto político pedagógico e, consequentemente, à ação de avaliar.

Entendemos, assim, que Educação Inclusiva demanda, inevitavelmente, que se adote a perspectiva de uma avaliação acessível. Entretanto, é importante destacar que não se trata somente da adaptação de recursos pedagógicos ou a flexibilização do tempo e espaço de realização das provas.

A concepção da organização didática, do planejamento dos conteúdos curriculares e a elaboração dos instrumentos deve considerar as necessidades do aluno é tornar acessível o processo de ensino e de avalição. Como, por exemplo, se um estudante cego

faz uso de braile seu processo de ensino e, consequentemente, o de avaliação deve ser na escrita em braile. Ou exemplo, considerando que um estudante com TEA que tem como centro de interesse o sistema solar, de igual forma deve-se usar como estratégia para facilitar a inclusão escolar desse aluno.

É interessante observar que pensar em processos personalizados, acessibilizando o ensino e os processos avaliativos não significam, privilegiar, ou seja, facilitar, um aluno em detrimento de outro. Se incorporada à dinâmica da turma, torna-se uma prática favorecedora para todos.

Considerando que a avaliação acessível, propicia condições para que os alunos com deficiência, TEA e Altas Habilidades possam demonstrar seu aprendizado, a equipe escolar deve assumir uma postura dinâmica de acompanhamento do registro avaliativo, no sentido de reconhecer suas condições de aprendizagem e identificar as áreas em desenvolvimento, sempre tendo como parâmetro o currículo escolar da sua série ou ano.

Nesse sentido vamos apresentar o PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação, como um instrumento que acompanha o processo de avaliação desses estudantes, tornando-os acessíveis e trazendo uma real avaliação do aprendizado.

CONHECENDO O PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO: SOB A ÓTICA DA AVALIAÇÃO INTERATIVA - AVI

Fonte: Retirado da internet

A imagem acima nos convida a refletir sobre qual modelo de avaliação pautamos e pautaremos as nossas práticas pedagógicas.

Nas páginas anteriores, conversamos sobre o currículo escolar como diretriz educacional. Também, sobre o que se entende por avaliação, qual a sua finalidade no sistema escolar e as concepções docentes e de teóricos sobre essa temática. De igual maneira, compreendemos que a proposta educacional vigente em nosso sistema de ensino é a Educação Inclusiva, construída como Política Educacional.

Voltada para a diversidade do alunado essa proposta educacional no impulsiona há modificar as práticas pedagógicas e, consequentemente, as práticas avaliativas. Nesse sentido, encontramos um contraponto, pois a diversidade é realidade nas escolas de ensino comum, alunos com Deficiência, TEA e Altas Habilidades estão presente com suas peculiaridades e o sistema de ensino segue engessado, com propostas educacionais para uma homogeneidade, que nunca existiu, sobretudo, nos tempos atuais.

Fazer diferente é a única opção que o corpo docente possui, a fim de alcançar o processo de ensino/aprendizado para todos os alunos. A inclusão não deve permanecer no campo ideário, precisamos de novas práticas e planejamento para conduzir os alunos no campo educacional, de maneira fidedigna, considerando uma educação contemporânea.

Educação Contemporânea

- Vivemos um momento complexo no qual é necessário mudarmos a lente sobre o papel da escola;
- Ensinar a todos não está diretamente associado a um método de ensino; e sim há escolhas dos métodos que atenderão a diversidade do alunado;
- Ser professor na escola contemporânea requer formação continuada para atender a diversidade do alunado;
- É preciso conhecer sobre os modos de apropriação do conhecimento, para ensinar no contexto da diversidade.

Nesse sentido, propomos o PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação a partir da lógica de AVI - Avaliação Interativa. Conceitualmente, a AVI considera a diversidade de aprendizados, a partir das peculiaridades e individualidades dos estudantes com Deficiência, TEA, Altas Habilidades. Proporcionando, através de novos arranjos, uma efetiva e real avaliação da aprendizagem, comparando-os ao seu próprio desenvolvimento e personalizando processos.

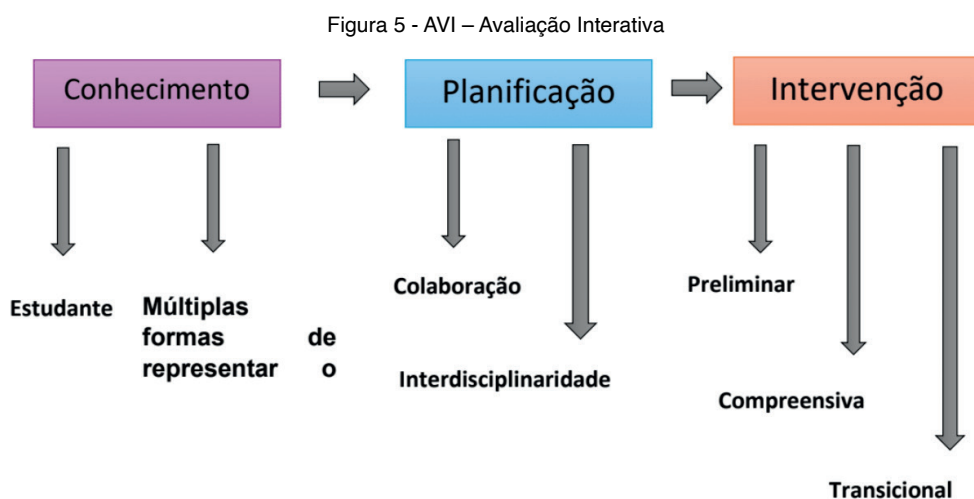
A AVI – Avaliação Interativa - é pautada em três pontos fundamentais para efetivação, pontos que conduzem o PAA, conforme a seguir:

Figura 5 - AVI – Avaliação Interativa

Conhecimento → Planificação → Intervenção

Conhecimento: Estudante; Múltiplas formas de o representar

Planificação: Colaboração; Interdisciplinaridade

Intervenção: Preliminar; Compreensiva; Transicional

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo como objetivo organizar, tanto o trabalho pedagógico, como, especificamente, o planejamento da avaliação; a AVI – Avaliação Interativa - convida ao corpo docente não optar unicamente pelo método de avaliação pontual, com a utilização de instrumentos tradicionais (prova, testes...) e, sim, optar por elaborar um plano de ação direcionado e sistematizado, considerando os pontos fundamentais a seguir:

Quadro 5 – Descrição dos pontos fundamentais da AVI

AVI – Avaliação Interativa	
1. Conhecimento	
1.1 - Estudante	Descrever características pertinentes do estudante, que venha contribuir para o alcance do objetivo; Características que tenham relação ao objetivo selecionado.
1.2 - Múltiplas formas de representar (expressar) os conteúdos. Possibilidades que o aluno tem no seu processo de ensino e aprendizado.	Descrever as estratégias de ensino que serão utilizadas para apresentar os conteúdos/propostas educacionais aos estudantes. Assim como podem ser usados em seu processo avaliativo. Ex: materiais concretos, dinâmicas de grupo, músicas, vídeos, imagens, mídias diversas, jogos etc.
Planificação	
2.1 – Colaboração/ Interdisciplinaridade	Descrever como a equipe pedagógica irá colaborar com o planejamento e prática da avaliação – Trabalho Colaborativo.
Intervenção	
3.1 - Preliminar	Necessidades e potencialidades do estudante. Exemplo: O que ela já sabe fazer e onde precisa chegar.
3.2 - Compreensiva	Compreender e descrever qual o percurso pedagógico o aluno deverá ser direcionado ou que o próprio tenha apontado.
3.3 - Transicional	Resultados da avaliação de acordo com o objetivo traçado.

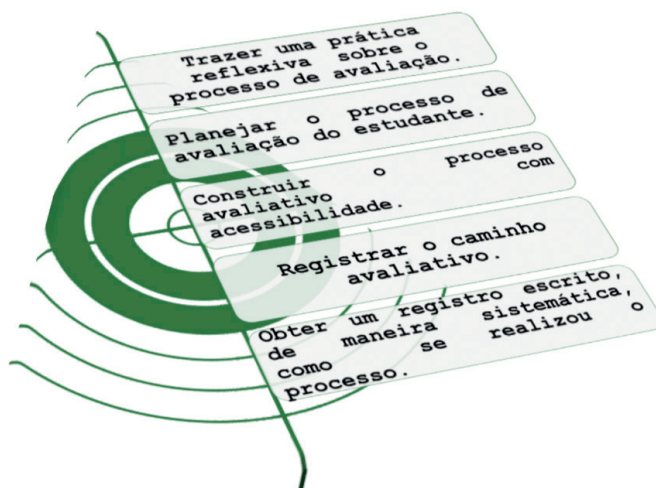
Fonte: Elaborado pela autora

PLANEJAMENTO DE **A**CESSIBILIDADE NA **A**VALIAÇÃO

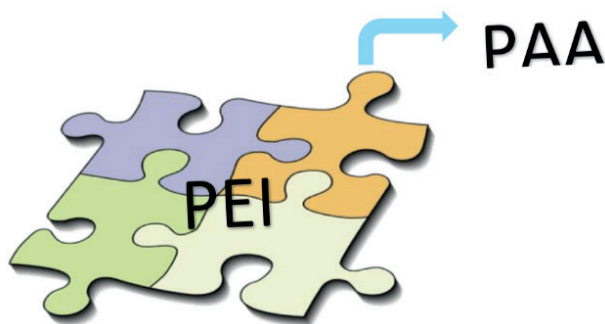
O PAA - Planejamento de Acessibilidade na Avaliação, pautado no conceito da AVI Avaliação Interativa, é instrumento pedagógico, para auxiliar o corpo docente a tornar os processos de avaliação acessíveis, potencializando e desenvolvendo as habilidades dos alunos com Deficiência, TEA e Altas Habilidades.

Sendo um instrumento pedagógico dinâmico e contínuo, é importante no contexto escolar para pensar que os processos de ensino e aprendizagem estão diretamente ligados aos processos avaliativos. Ou seja, as práticas docentes, ao currículo e a toda organização escolar.

O PAA é um planejamento com a finalidade de construir um caminho para o processo de avaliação do estudante e a demonstração do aprendizado, considerando a personalização dos processos.

Figura 6 – Objetivos do PAA – Planejamento de acessibilidade na Avaliação

Fonte: Elaborado pela autora

Entretanto, é importante ressaltar que o PAA é um instrumento que considera o processo de ensino, por esse estar interligado a avaliação da aprendizagem, mas é específico para construir e registrar um processo avaliativo. Fator que o diferencia do PEI – Planejamento de Ensino Individualizado, que traz como proposta envolver todo o processo de escolarização do estudante. Nesse sentido o PAA poderá ser parte integrante do PEI, abordando o processo avaliativo.

Figura 7 - Ilustração do PAA compondo o PEI

Fonte: adaptado de Redig (2024)

Ao refletirmos sobre as diferenças do PEI e PAA, apresentamos abaixo um quadro comparativo, adaptado de Padrão (2023), que ilustra as distinções entre o PEI e o PAA, assim como identifica os pontos em comum.

Quadro 6: Quadro comparativo entre PEI e PAA

Planejamento Educacional Individualizado (PEI)	**Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA)**	**Pontos em comuns PEI e PAA**
- É uma estratégia pedagógica no formato de um vasto documento que se relaciona com toda vida escolar do aluno (estratégia, recurso, resultado), com enfoque específico na educação; - Não necessita do PAA para execução; - O professor é o profissional chave responsável pela elaboração do PEI em colaboração com a família, porém precisa da participação de todos os docentes e profissionais que atuam com o aluno; - Deve incluir todas as áreas a serem trabalhadas pelo estudante; - Documento elaborado em todos os níveis de ensino.	- É uma estratégia pedagógica no formato de um documento pedagógico com objetivo de tornar o processo de avaliação acessível ao estudante, registrando uma aprendizagem fidedigna e direcionando as práticas docentes. - Está estreitamente relacionado ao PEI, pois precisa acompanhar o histórico escolar do aluno; - Trabalho em conjunto entre o corpo docente envolvidos com o estudante e a família; - Inclui objetivos específicos para um determinado período. - Deve ser levando em conta os objetivos educacionais e/ou sociais traçados para o aluno.	- Estudante no centro do processo; - Podem ser dirigidos a todos os alunos ou para aqueles com deficiência; - Necessita de revisão constante de acordo com os resultados e progressos dos educandos; - Uso de terminologias claras para o entendimento, em especial, do alunado e suas famílias; - A construção dos planos individualizados é feita de forma colaborativa com os envolvidos.

Adaptado de Padrão (2023, p.40)

O Planejamento de Acessibilidade na Avaliação deve ocorrer em todos as modalidades e níveis de ensino e seguir de acordo com os objetivos traçados para aquele

planejamento. Outro fator importante e delimitar um período para que ele possa ser reavaliado, seguindo um ciclo de acompanhamento e resultados, direcionando práticas pedagógicas e avaliativas a partir da acessibilidade para o estudante. Como também, deve ser preenchido dentro do tempo de cada demanda, e, assim, ao final do período estabelecido terá seu preenchimento gradativo, porém total.

Figura 8 – Princípios para o PAA

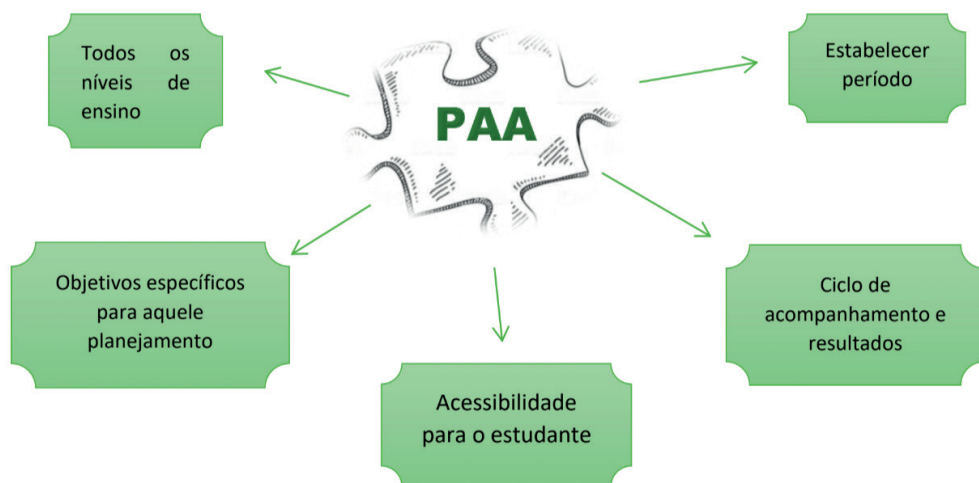
PAA

Todos os níveis de ensino

Estabelecer período

Objetivos específicos para aquele planejamento

Ciclo de acompanhamento e resultados

Acessibilidade para o estudante

Fonte: Elaborado pela autora

Importante, também, destacar, é a seleção dos recursos de acessibilidade necessários para que o estudante tenha um processo de ensino profícuo e, consequentemente, um processo de avaliação com sucesso.

Selecionamos alguns recursos de acessibilidade, que não são padrões pois depende de cada realidade e de cada estudante, mas que podem ser indicativos para a elaboração no PAA.

- Adotar medidas de ações colaborativas entre o corpo docente;
- Contar com a participação da família;
- Participação efetiva do profissional de apoio da Educação Especial, fazendo a articulação do processo de escolarização do aluno, inclusive da avaliação do desempenho escolar;
- Ampliação de imagens;
- Redução do texto do enunciado;
- Modificar a atividade, mantendo o mesmo objetivo proposto, porém com acessibilidade de acordo com a demanda do estudante.

- Modificar as palavras do enunciado de maneira que fique mais fácil o entendimento;
- Usar imagens;
- Ter um leitor da prova.
- Realizar o instrumento de avaliação com acompanhamento.
- Proporcionar encontros individualizados com o aluno;
- Flexibilização do tempo e do espaço para realização das avaliações formais;
- Criar relatório e fichas periódicas que facilitem a avaliação;
- Utilizar de recursos pedagógicos, como o material dourado, por exemplo e recursos de ludicidade para demonstração do aprendizado;
- Uso de LIBRAS; Braile e CA – Comunicação Alternativa, de acordo com a demanda do estudante.

MODELO DE PAA

Segue abaixo o modelo de PAA, na versão como protocolo para aplicação, de acordo com o que foi exposto esse documento norteador.

Quadro 7: Modelo do PAA com descriminação das etapas

PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO - PAA
1. Identificação do Estudante
Nome:
Idade:
Ano de escolaridade:
Atendimento Educacional Especializado ( ) SIM ( ) Não **( ) Sala de recurso ( ) Agente de apoio à inclusão ( ) Bidôcencia** **( ) Outros ____________________________________**
2. Equipe Pedagógica
Descrever quem está envolvido com o processo de escolarização do estudante. **Exemplo: Profº regente da turma e/ou profº especialista; profº da sala de recurso; agente de apoio.....**
3. Objetivos para avaliação
Descrever quais objetivos para a avaliação – o que vai ser avaliado. **Exemplo: O objetivo está relacionado a algum conteúdo de matemática e/ou língua portuguesa ou atividade de vida diária.....**
4. Conhecimento:
4.1 - Estudante **Descrever características pertinentes do estudante, que venha contribuir para o alcance do objetivo;** **Características que tenham relação ao objetivo selecionado.**
4.2 – Múltiplas formas de representar (expressar) os conteúdos **Possibilidades que o aluno tem no seu processo de ensino e aprendizado e** **Descrever as estratégias de ensino que serão utilizadas para apresentar os conteúdos/ propostas educacionais aos estudantes. Assim como podem ser usados em seu processo avaliativo. Ex: materiais concretos, dinâmicas de grupo, músicas, vídeos, imagens, mídias diversas, jogos etc.**
5. Planificação (Colaboração – Interdisciplinaridade)
Descrever como a equipe pedagógica irá colaborar com o planejamento e prática da avaliação – Trabalho Colaborativo.
6. Intervenção
6.1 - Preliminar: **Necessidades e potencialidades do estudante.** **Exemplo: O que ela já sabe fazer e onde precisa chegar.**
6.2 - Compreensiva: **Compreender e descrever qual o percurso pedagógico o aluno deverá ser direcionado ou que o próprio tenha apontado.**
6.3 - Transicional: **Resultados da avaliação de acordo com o objetivo (item 3)**
7. Observações / apontamentos
Qualquer informação que julgar importante ou desejar sinalizar.
ESTEF, 2023

Fonte: Estef, 2023

Para exemplificar disponibilizamos alguns PAA, aplicados durante a pesquisa de validação do instrumento, elaborados para: aluna Bianca, no ano 9º de escolarização e Gustavo Terra, no 3º ano de escolarização[1].

Quadro 8: Modelo de PAA preenchido para um estudante do 9º ano - Fundamental II

PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO - PAA
1. Identificação do Estudante
Nome: : Bianca
Idade: 15 anos
Ano de escolaridade: 9º ano
Atendimento Educacional Especializado (x) SIM (   ) Não (x) Sala de recurso (x) Agente de apoio à inclusão (   ) Bidôcencia (   ) Outros ___________________________________
2. Equipe Pedagógica
Professor Regente, Professor de Sala de Recursos e Agente de Apoio.
3. Objetivos para avaliação
O objetivo está relacionado à matemática, como a identificação de triângulo, identificar as semelhanças e diferenças que existem entre os tipos de triângulos, fazendo a relação com objetos do seu dia a dia. Comparar triângulos usando critérios de congruência de triângulos: - Identificar triângulos semelhantes. - Reconhecer as características de um triângulo quanto às medidas dos lados e dos ângulos. - Indicar a congruência entre lados e entre ângulos de dois triângulos congruentes. - Identificar problemas envolvendo semelhança de triângulos no dia a dia.
4. Conhecimento:
4.1 - Estudante Uma jovem com Deficiência Intelectual e TEA, na condição de inclusão escolar, contudo é bastante participativa em sua vida escolar, está sempre sorridente e feliz, que apresenta maior facilidade em aprender a partir de materiais concretos, em que ela possa observar e manusear.
4.2 – Múltiplas formas de representar (expressar) os conteúdos Possibilidades que o aluno tem no seu processo de ensino e aprendizado e Materiais concretos, como massa de modelar, palitos roliços (tipo de churrasco), lápis de cor, cola e materiais recicláveis e pelo computador (jogo on-line no Word Wall e apresentação de PowerPoint).
5. Planificação (Colaboração – Interdisciplinaridade)
A equipe pedagógica irá colaborar com a apresentação/aprendizagem do conteúdo proposto à aluna. O conteúdo aplicado aborda outras temáticas como artes, linguagem, leitura e escrita, comunicação de forma contextualizada.
6. Intervenção
6.1 - Preliminar: Como potencialidade podemos destacar: - É observadora; - Demonstra interesse em participar das atividades propostas; - Aceita as tarefas mais difíceis, independente dos obstáculos encontrados por ela; - Expõe seus conhecimentos prévios, e não tem dificuldade em perguntar quando tem dúvidas.

1 Todos os estudantes estão sendo apresentados com nomes fictícios.

6.2 - Compreensiva: **- Iniciou-se com a apresentação da figura geométrica: o TRIÂNGULO;** **- Apresentação de dez slides em PowerPoint com o conteúdo abordado, exibindo a figura geométrica;** **- Tipos e classificações de triângulo, quanto aos lados e ângulos;** **- Foi abordado o tema Semelhança, mas com imagens do cotidiano;** **- Construção da figura com colagem de palitos em folha de ofício, de três tipos de triângulos (Escaleno, Isósceles e Equilátero);** **- Nova construção geométrica, dessa vez com auxílio de massa de modelar e palitos, para melhor compreensão de lados, ângulos e arestas;** **- Sondagem de aprendizagem através de atividades com o programa Word Wall pelo celular, pois a escola não possui notebook e nem computadores;** **- Identificar e associar as semelhanças/diferenças dos triângulos construídos com recicláveis (papelão e tinta guache);** **- Identificar e associar as semelhanças/diferenças das figuras do triângulo e imagens no cotidiano;** **O conteúdo foi abordado das maneiras citadas acima, contudo foi observado que a aluna demonstrou maior predileção com as atividades proporcionadas através da construção com palitos.**
6.3 - Transicional: **A partir do conteúdo apresentado foi possível perceber que a aluna alcançou os objetivos propostos de maneira satisfatória. Demonstrando bastante interesse e empolgação em realizar as atividades trazidas a cada encontro. Foi possível perceber, também, que a aluna, mesmo ainda não sendo alfabetizada, conseguiu associar os nomes dos tipos de triângulos às suas letras iniciais, tornando assim, uma atividade interdisciplinar.**
7. Observações / apontamentos
Interdisciplinar. A aluna se mostrou bastante interessada na realização do trabalho proposto, a cada atividade desenvolvida apresentava grande entusiasmo.
ESTEF, 2023

Elaborado pela autora – Preenchido pelos pesquisadores participantes do curso de extensão teórico/prático, 2023.

Quadro 9: Modelo de PAA preenchido para um estudante do 3º ano Fundamental I

PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO - PAA
1. Identificação do Estudante
Nome: Gustavo Terra Florêncio
Idade: 9 anos
Ano de escolaridade: 3° ano
Atendimento Educacional Especializado (x) SIM (   ) Não **(x) Sala de recurso (x) Agente de apoio à inclusão (   ) Bidôcencia** **(   ) Outros ________________________________**
2. Equipe Pedagógica
Orientadora pedagógica; AEE; Professora regente; Agente de apoio
3. Objetivos

O PAA - PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO irá proporcionar um rumo diferente para as avaliações realizadas com Guilherme, pois ele acaba não se saindo tão bem como poderia por conta da demora ao entender os objetivos e pela falta do concreto em suas provas e testes. O aluno apresenta grande interesse por números, porém dificuldades em questões de subtração com reserva e ordens numéricas no contexto da sala de aula, ou seja, em sala o aluno não compreendeu com clareza a atividade por falta de mais estímulos visuais para que mantivesse sua atenção na explicação. O objetivo foi selecionado pela identificação dele com números, por sua dificuldade em conteúdos básicos e a falta de um trabalho diferenciado na sala regular, visto que o aluno só fica 1 hora na sala de recursos apenas duas vezes na semana. Esses fatores ocasionaram tanto a escolha pelo aluno quanto os conteúdos para o trabalho aplicado na pesquisa. Os objetivos esperados são contar números e quantificar até 100 e após até 500, na expectativa de conhecer o que o aluno já consolidou em sua aprendizagem. Também resolver problemas de mais de uma maneira (cálculos mentais) e realizar operações de adição e subtração com e sem reservas/ recursos.
4. Conhecimento:
4.1 – Estudante Guilherme é uma criança que transborda alegria, contagia com seu sorriso e transmite vontade de aprender. Sendo laudado com deficiência múltipla é acompanhado na sala de recursos pela AEE e pela Agente de apoio à inclusão, mas mesmo assim tem toda autonomia necessária para suas necessidades básicas, além de ser alfabetizado e letrado. Porém o trabalho realizado pela professora regente na sala regular é majoritariamente no quadro, e ele apresenta dificuldades de manter o foco e o ritmo dos demais, além de algumas de suas funções motoras serem prejudicadas. Suas limitações são predominantemente motoras, o que o torna lento em atividades físicas. O aluno alcança melhor os objetivos com o uso de materiais concretos e necessita de um tempo maior para entender e realizar tarefas. O aluno foi escolhido pela necessidade de uma avaliação acessível, por mais que a unidade desse o apoio, recursos algumas vezes na semana e aulas extraclasse, sua avaliação continuava sendo igual a dos demais alunos, mesmo reconhecendo suas diferenças pois Guilherme precisa de materiais concretos como ábaco, material dourado, sopa de letra entre outros para chamar sua atenção e compreender claramente os conteúdos propostos. Dentre os demais alunos sugeridos foi selecionado para participar do PAA pois também é uma criança receptiva com as atividades, esforçada em realizar as tarefas escolares desejando evoluir e aprender cada vez mais.
4.2 – Múltiplas formas de representar (expressar) os conteúdos **Possibilidades que o aluno tem no seu processo de ensino e aprendizado** As atividades trabalhadas pela equipe que incluiam a professora regente e agente de apoio, são as mesmas utilizadas com os demais alunos, os conteúdos são passados de forma típica através de folhas, atividades no livro entre outras e o aluno realiza todas as avaliações com a proposta de um tempo maior, pois demora a escrever, ler e pintar.
5. Planificação (Colaboração – Interdisciplinaridade)

A equipe pedagógica irá colaborar com o planejamento e prática da avaliação – trabalho colaborativo com a professora regente, a agente de apoio, a mediadora da educação especial da sala de recursos e a professora de educação física, todos ajudam com um planejamento diferenciado para o aluno, adaptando-o à qualquer ambiente dentro da unidade escolar.
A unidade escolares em que Guilherme esta inserido apresenta um planejamento voltado para o seu desenvolvimento como um todo e entende que acolher é conhecer suas potencialidades, conhecimentos inatos e expectativas. Foi apresentado nessa Instituição escolar o LAUDO G 72.9(Deficiências múltiplas), que vem sendo acompanhado atentamente pela equipe tecno pedagógica da unidade de ensino em que está matriculado, oferecendo à ele e aos colegas de turma a oportunidade de crescimento sócio emocional, motor quando necessário, e o estímulo à autonomia deles.
O trabalho da escola torna-se atraente quando se propõe experiências diferenciadas na sala de recursos como: construções de histórias coletivas, mídias, músicas, desenhos espontâneos, etc.
O aluno mostra-se interessado em participar das atividades sugeridas por sua mediadora AEE, que vem tentando tornar o ambiente agradável e acessível para todos e pela agente de educação especial que lhe acompanha, o resultado desse empenho e carinho foi a alfabetização de Guilherme no segundo ano do ensino fundamental.
A participação dele em outras atividades que acontecem na escola como salas de leitura e recursos, eventos na quadra e brincadeiras acessíveis são fundamentais para o seu crescimento e alegria.
Além disso, o aluno pôde contar com experiências pedagógicas externas propostas pela equipe de pesquisa da Professora Suzanli, que trouxe para ele o PAA, um olhar mais completo e acessível do aprender pelo contato, pelo concreto, um novo foco para o simples e atingível, como jogos em caixas que iriam para o lixo(de pizza, de ovos, de sapatos, etc.), trouxe também a proposta da ludicidade com progresso do pensamento, no qual o aluno sente que é protagonista do seu conhecimento, justamente o que aconteceu com Guilherme durante todas as visitas de professores para aplicação das atividades do PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação, que nos mostrou onde um aluno com necessidades específicas podem chegar além dos nossos conceitos dados à eles.

6. Intervenção

6.1 - Preliminar:
Apesar de demonstrar alegria no ambiente escolar, Guilherme apresenta uma demora maior que o típico para realizar as atividades e isso o deixa desmotivado algumas vezes, pois a professora regente acaba impedindo que ele participe de algumas atividades extraclasse para terminar as tarefas, o que o deixa triste. A equipe também mantém uma boa relação com a avó que cria Guilherme, a fim de tomar ciência do comportamento apresentado no ambiente escolar e juntos tentar procurar soluções para o bem-estar do aluno. O aluno tem paralisia cerebral, mas consegue ter um bom comportamento e é bastante persistente em qualquer tarefa escolar Sabe armar, efetuar e tirar a prova real nas operações de soma e subtração, e não recua quando sente alguma dificuldade nelas, pelo contrário sente-se desafiado a aprender coisas novas e resolver as situações pendentes. Se relaciona com a turma, e às vezes demonstra dispersão durante a realização das atividades, pois necessita do concreto para manter sua concentração.

6.2 - Compreensiva
O processo de aplicação do PAA consistia em aprimorar o aprendizado do aluno em seu processo por meio de materiais pedagógicos e técnicas que façam com que o aluno melhore seu desempenho, seu foco, o mesmo aceitou participar da tarefa de forma ativa e entusiasmada. Foi carinhoso e receptivo, estando sempre disposto a aprender cada vez mais.
A Unidade escolar na qual o aluno Guilherme estuda nos possibilitou a aplicação das atividades do PAA (Planejamento de Acessibilidade na Avaliação). Nossa proposta foi aprimorar o aprendizado dele em seu processo educativo por meios de materiais pedagógicos e técnicas acessíveis que façam com que o aluno melhore seu foco e desempenho escolar, lembrando que ele é uma criança atípica de 9 anos, receptivo e carinhoso .
No primeiro dia de visita à escola de Guilherme para a aplicação do PAA, espera-se que o aluno identifique os números de 0 até 110, contidos em cartaz com duração de 20 minutos dessa atividade.
No segundo momento tivemos o jogo da pizza, que consistia numa caixa de pizza numeradas em que ao sacudir a caixa de duas ou mais vezes podia- se somar ou subtrair quantidades de acordo com os comandos da professora/ ou agente . Com esse material básico e lúdico, num tempo estimado de 25 minutos. O material concreto nesse processo foi primordial.
No segundo dia, novamente o material palpável foi fundamental, aplicamos os jogos com material dourado no intuito de auxiliá-lo a reconhecer as ordens numéricas e a formação desses números através dessas ordens, com duração de 20 minutos. Depois, ele realizou as atividades de cálculos com pálidos na qual as continhas estarão em caixinhas e os resultados serão colocados no palito para que o aluno indique o resultado na conta correta com duração proposta de 25 minutos.

O terceiro dia foi usado o jogo do poing para o reconhecimento dos números contidos nas caixas através do lançamento de bolas de ping pong no número a ser identificado, no tempo de 30 minutos. Em seguida houve a aplicação do QVL (Quadro valor lugar), para que o aluno identifique as ordens dos números de forma correta, e ludicamente realize as operações matemáticas de soma (jogo do palito) com duração proposta de 25 minutos.
6.3 - Transicional: O objetivo de contar números e quantificar objetos até 110 foi atingido com êxito, pois ele demonstrou interesse e engajamento, pediu para contar todos os números de pé, pulou e se sentiu motivado para partir para os outros desafios. Já para resolver problemas matemáticos de mais de uma maneira (cálculo mental), o desafio foi atingido quando o cálculo era realizado com números inteiros, entretanto, necessitou de recursos para realizar os cálculos com reserva, como papéis, lápis e os dedos. Mas foi possível perceber que seu interesse se manteve firme, e queria sempre mostrar o que sabia. No segundo dia e terceiro dia as propostas eram realizar operações de adição/subtração simples e com reservas, e o aluno realizou com facilidade a primeira parte (simples), porém para realizar operações de adição e subtração com reserva, necessitou utilizar materiais concretos para a realização como o material dourado. Já para identificar números e quantificar objetos até 500 ele realizou com facilidade, agilidade e entusiasmo. Identificar ordens numéricas e decompor os números (centena, dezena e unidade) - necessitou utilizar materiais concretos para a realização e não realizou a atividade com autonomia.
7. Observações / apontamentos
O aluno se mostrou receptivo e interessado em todo o processo, porém mostrou em alguns momentos apresentou dificuldades nas atividades de subtração com reserva necessitando de apoio de materiais concretos e orientações mais específicas. Após a aplicação do PAA, foi possível notar uma mudança de gestão, metodologia e práticas inclusivas com o aluno na unidade escolar. O horário do aluno nas aulas extra classe foi reestabelecido, o aluno passou a não ser retido na saída por não ter copiado toda a atividade e foi possível levar para a sala regular alguns materiais didáticos palpáveis para sua melhor compreensão dos conteúdos. O aluno percebeu que poderia aprender de maneiras diferentes e se sente mais motivado e mais focado e interessado nas atividades escolares do que anteriormente.
ESTEF, 2023

Elaborado pela autora – Preenchido pelos pesquisadores participantes do curso de extensão teórico/prático, 2023.

Quadro 10: Modelo de PAA disponível para utilização do leitor (seguindo a descrição do quadro 7)

PLANEJAMENTO DE ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO - PAA
1. Identificação do Estudante
Nome:
Idade:
Ano de escolaridade:
Atendimento Educacional Especializado ( ) SIM ( ) Não **( ) Sala de recurso ( ) Agente de apoio à inclusão ( ) Bidôcencia** **( ) Outros ____**
2. Equipe Pedagógica
3. Objetivos para avaliação
4. Conhecimento:
4.1 - Estudante
4.2 – Múltiplas formas de representar (expressar) os conteúdos
5. Planificação (Colaboração – Interdisciplinaridade)
6. Intervenção
6.1 - Preliminar:
6.2 - Compreensiva:
6.3 - Transicional:
7. Observações / apontamentos
ESTEF, 2023

Fonte: Estef, 2023

UM ATÉ BREVE...

O significado da palavra avaliação nos remete ao ato de avaliar, de determinar o valor ou a importância de algo, ou, ainda, reconhecer a grandeza ou qualidade de uma atividade ou situação. Avaliar se faz presente em todos os domínios de nosso cotidiano, subsidiando a tomada de decisões. Seja informalmente em situações do dia a dia, ou, formalmente, de maneira organizada e sistemática quando temos que registrar algum tipo de parecer ou julgamento.

A avaliação no âmbito escolar é elemento prioritário, tendo como um motivo de atenção do corpo docente, que se concentram, frequentemente, em uma finalidade básica: medir o desempenho do aluno, como índice de aprendizagem. Avaliação estabelece um predomínio sobre as ações que contextualizam os sistemas de ensino, é polemica e apresenta-se como um dilema para a escola que se propõe inclusiva. Mesmo que possa aparentar ser uma prática neutra, uma simples atividade no âmbito pedagógico, sua influência vai muito além, tendo repercussões em todo processo de escolarização dos estudantes.

Certamente não podemos minimizar o fato de que, apesar das atuais diretrizes pautarem uma educação para diversidade, o sistema de ensino foi organizado e ainda é em grande parte direcionado, para atender a um grupo homogêneo de alunos, que supostamente aprenderiam com a mesma didática e no mesmo ritmo, demonstrando o aprendizado da mesma forma. Esta cultura, que ainda permeia o universo educacional, desconsidera a expressão da subjetividade dos alunos, e se constitui como uma grande barreira -- explicita ou implícita – para a interação e desenvolvimento de todos.

Uma educação inclusiva, isto é uma educação que leve em conta a diversidade, demanda propostas pedagógicas alternativas, que transformem a escola contemporânea em um ambiente que atenda a todos os alunos.

Sabemos que isso é um enorme desafio para as escolas, mas, por outro lado, não podemos continuar negligenciando a, mais do que comprovada, constatação de que se as práticas pedagógicas não forem repensadas e transformadas, continuaremos promovendo a exclusão e negação de alunos com deficiência, Autismo e Altas Habilidades como sujeitos da educação.

Não obstante o modelo que se adote, a avaliação da aprendizagem, de qualquer, aluno, e especificamente daqueles com deficiência, TEA e Altas Habilidades, precisa ser ressignificada, de forma que não tenha como objetivo apenas o julgamento e a classificação do aluno, ou seja, não se restrinja a um processo meramente técnico e essencialmente quantitativo. Avaliar considerando a diversidade posta na escola inclusiva, implica uma postura política e inclui valores e princípios, que refletem uma concepção de educação.

Sobre essa reflexão, foi elaborado esse documento norteador, com a finalidade de instrumentalizar o corpo docente, com foco nos processos de avaliação. Este tema é

relevante quando consideramos a complexidade de avaliar a aprendizagem dos alunos que outrora não foram pensados por um sistema de ensino preparado para a avaliação classificatória e meritocracia.

Nesse sentido o PAA – Planejamento de Acessibilidade na Avaliação propõem processos pensados de acordo com a demanda educacional do aluno, proporcionando uma acessibilidade na avaliação da aprendizagem escolar, tornando-a mais fidedigna e favorecendo a escolarização. Temos visto que quando há acessibilidade na avaliação, existe uma melhor captação do estágio atual de desenvolvimento acadêmico do aluno, possibilitando o direcionamento das ações pedagógicas em um planejamento voltado para o objetivo do seu aprendizado.

Esperamos que essa escrita contribua para práticas docentes instrumentalizadas, favoreça a inclusão e, sobretudo, auxilie aos alunos demonstrarem suas competências e habilidades. Diferentes, mas existentes em cada estudante do contexto escolar.

Até breve......

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, v.134, n. 248, 22 dez. 1996.

________. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_______. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. p. 1-546.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Eniceia Gonçalves. Alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico. In: REUNIAÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu. Anais... Disponível em: Mhttp://25reuniao.anped.org.br/tp25 .

DALBEN, Angêla de Freitas. Avaliação escolar. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.

ESTEF, Suzanli. **Concepções sobre os processos de avaliação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais sob a ótica docente**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____________. *Inclusão escolar sob o viés da avaliação flexibilizada*. 2021. 134f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 12. ed. Porto Alegra: Educação e realidade, 1994.

JESUS, Denise Meyrelles. Atuando em contexto: o processo de avaliação numa perspectiva inclusiva. **Psicologia & Sociedade**, Porta Alegre, V. 16, n. 1, p. 37-49, 2004.

LIBÂNEO, José. Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 15-38, ago. 2002.

MOREIRA, Adelson Fernandes; BORGES, Oto. Por dentro de uma sala de aula de física. Educação Pesquisa, São Paulo, v. 32,n. 1, 2006

PACHECO, José Augusto. Currículo e gestão: Perspetivas de integração em tempos de accountability. Revista de Estudos Curriculares, 8(1), 35-50, 2017.

PLESCTH, Patricia; BRAUN Patrícia. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. **Democratizar**, Rio de Janeiro: Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/Faetec/Sect, v. 2, n.2, maio/ago. 2008.

PERRENOUD, Philipe. **Avaliação; da excelência à regulação das aprendizagens**. Entre duas lógicas. Porto Alegre:Artmed,1999

SACRISTÁN, J. Gimeno. Educar e conviver na cultura global: As exigências da cidadania. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre. Artmed, 2000.

SILVA, Luis Henrique da. A concepção de êxito no ensino de História para alunos com deficiência intelectual. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília (SP), 2009.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**, Ano I, n. 01, ago./dez. 2007.

PADRÃO, Mariana Santos. Formação continuada para profissionais da educação na pandemia: transição educacional de pessoas com deficiência intelectual para o mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2023.

VASCONCELOS, Celso. Avaliação classificatória e excludente e a inversão fetichizada da função social da escola. In FERNANDES, Claúdia (Org.). **Avaliação das aprendizagens**: sua relação com o papel social da escola. São Paulo:Cortez, 2014. p. 17-56.

SUZANLI ESTEF: Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Professora adjunta e coordenadora do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua na graduação nos cursos de Pedagogia e Licenciatura na modalidade presencial. É coordenadora de disciplina do Curso de Especialização Educação Especial e Inovação Tecnológica, em parceria entre UFRRJ e CEDERJ. Coordenadora do curso de extensão (UERJ) e Curso de Formação de Professores (CEDERJ): ASPEI - Acessibilidade para Avaliação na Perspectiva da Educação Inclusiva; é integrante do grupo de pesquisa Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais, no PROPEd-UERJ e tem experiência docente e de pesquisa na área de Educação Especial e Educação Inclusiva
Redes sociais: @prosuzanliestef
https://orcid.org/0000-0003-3354-6598

ANNIE GOMES REDIG: Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Professora Associada do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação
(ProPEd/UERJ). Atua na graduação nos cursos de Pedagogia e Licenciatura nas modalidades presencial e a distância da UERJ. Foi professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública de ensino do Município do Rio de Janeiro. Tem experiência docente e de pesquisa na área de Educação Especial e Educação Inclusiva
Redes sociais: @cafeinclusivo
https://orcid.org/0000-0003-3610-5333